

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Paulo Romualdo Hernandes

E-mail: paulo.hernandes@unifal-mg.edu.br

Instituição: Universidade Federal de Alfenas, Brasil

Submetido: 09/07/2020

Aprovado: 16/09/2020

Publicado: 12/08/2022

doi: 10.20396/rho.v22i00.8660433

e-Location: e022022

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

HERNANDES, P. R.;
CAMPANHOLO, J. R. dos S.;
OLIVEIRA JÚNIOR, A. S. de. O que importa na leitura de bons livros: Inácio de Loyola e Padre Antônio Vieira. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 22, p. 1-21, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8660433.

Disponível em:

<https://bityli.com/uXyxfV>. Acesso em: 12 ago. 2022.



Distribuído Sobre







Checagem Antiplágio



O QUE IMPORTA NA LEITURA DE BONS LIVROS: INÁCIO DE LOYOLA E PADRE ANTÔNIO VIEIRA

  **Paulo Romualdo Hernandes***
Universidade Federal de Alfenas

  **João Ricardo dos Santos Campanholo****
Educação Básica em Minas Gerais

  **Antônio Santos de Oliveira Júnior*****
Educação Básica em Minas Gerais

RESUMO

Neste artigo, analisa-se a Autobiografia de Loyola e o Sermão a Santo Inácio, do Padre Antônio Vieira, investigando aspectos importantes narrados por Loyola e aproveitados por Vieira, relacionados às mudanças nos modos de leitura para homens leigos: a leitura solitária, íntima, interior, individual. Esses novos modos de leitura tiveram início, segundo parece a Foucault, no século XIV, com a Devotio Moderna, propagados pelos Irmãos de Vida Comum, transformações que seriam consideradas por Ariès e Chartier como de maior avanço da modernidade. O caminho de análise do discurso leva em conta que tanto Inácio de Loyola quanto o Padre Vieira expressam em seus escritos o que lhes era visível enquanto membros de uma ordem religiosa católica, dos séculos XVI e XVII, respectivamente. O estudo da narrativa e do Sermão a Santo Inácio revela que os jesuítas, embora inscritos na modernidade, seguiam firmes na defesa de uma mentalidade religiosa de disciplinar o que os fiéis deviam ou não ler. No século XVI, de Loyola, os perigos da leitura solitária envolviam a interpretação, compreensão e escrita de textos por pessoas leigas e protestantes, longe dos olhos vigilantes da Igreja Católica. No século XVII, de Vieira, o ataque à autoridade e tradição da Igreja devia-se à mentalidade racional/científica que se estabelecia na Europa nesse mesmo período.

PALAVRAS-CHAVE: História da educação. Inácio de Loyola. Padre Antônio Vieira. Companhia de Jesus. Educação jesuítica.

WHAT MATTERS READING GOOD BOOKS: INÁCIO DE LOYOLA AND FATHER ANTÔNIO VIEIRA**Abstract**

In this article, an analysis of the Autobiography of Loyola and the Sermon to St. Ignatius, by Father Antônio Vieira, investigating important aspects narrated by Loyola and taken advantage of by Vieira, related to changes in reading modes for lay men: solitary reading, intimate, interior, individual. These new ways of reading began, according to Foucault, in the 14th century, with *Devotio Moderna*, propagated by the Brothers of Common Life. Transformations that would be considered by Ariès and Chartier as the greatest advance of modernity. The path of discourse analysis takes into account that both Inácio de Loyola and Padre Vieira express in their writings what was visible to them as members of a Catholic religious order, of the 16th and 17th centuries, respectively. The study of the narrative and the Sermon to Saint Ignatius reveals that the Jesuits, although inscribed in modernity, remained firm in the defense of a religious mentality of disciplining what the faithful should or should not read. In the 16th century, time of Loyola, the dangers of solitary reading involved the interpretation, understanding and writing of texts by lay people, out of the control of the Catholic Church. In the 17th century, time of Vieira, the attack on the authority and tradition of the Church was due to the rational/scientific mentality that was established in Europe at the same period.

Keywords: History of education. Inácio of Loyola. Father Antonio Vieira. Company of Jesus. Jesuit education.

LO QUE IMPORTA EN LA LECTURA DE BUENOS LIBROS: INÁCIO DE LOYOLA Y EL PADRE ANTÔNIO VIEIRA**Resumen**

En este artículo, un análisis de la Autobiografía de Loyola y el Sermón a San Ignacio, del Padre Antônio Vieira, investigando aspectos importantes narrados por Loyola y aprovechados por Vieira, relacionados con los cambios en los modos de lectura para los laicos: lectura solitaria, íntimo, interior, individual. Estas nuevas formas de lectura comenzaron, según Foucault, en el siglo XIV, con *Devotio Moderna*, propagada por los Hermanos de la Vida Común. Transformaciones que serían consideradas por Ariès y Chartier como el mayor avance de la modernidad. El camino del análisis del discurso toma en cuenta que tanto Inácio de Loyola como el Padre Vieira expresan en sus escritos lo que era visible para ellos como miembros de una orden religiosa católica, del Siglos XVI y XVII, respectivamente. El estudio de la narrativa y el Sermón a San Ignacio revela que los jesuitas, aunque inscritos en la modernidad, se mantuvieron firmes en la defensa de una mentalidad religiosa de disciplinar lo que los fieles deberían o no leer. En el siglo XVI de Loyola, los peligros de la lectura solitaria eran la interpretación, comprensión y redacción de textos por parte de laicos, fuera del control de la Iglesia Católica. En el siglo XVII de Vieira, el ataque a la autoridad y tradición de la Iglesia se debió a la mentalidad racional/científica que se instauró en Europa en la misma época.

Palabras clave: Historia de la educación. Ignacio de Loyola. Padre Antônio Vieira. Compañía de Jesús. Educación jesuita.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta investigação se inscreve em ampla pesquisa que desenvolvemos em torno dos processos religiosos, políticos, culturais e educacionais que, direta ou indiretamente, conduziram Portugal a colonizar a América Portuguesa. Especificamente, este estudo tem como objeto de pesquisa a análise do discurso de Loyola, excertos de sua Autobiografia¹, e também da oratória do Padre Antônio Vieira, trechos do Sermão a Santo Inácio. Os excertos escolhidos têm em comum o relato de Loyola sobre a leitura solitária, íntima e individual que fez dos livros da vida de Cristo e da Vida dos Santos, no momento em que estava em convalescência na Casa e Solar Loyola, em 1521. Os trechos escolhidos têm como objetivo dar visibilidade à defesa que esses jesuítas fizeram, nos séculos XVI e XVII, da tradição/autoridade da Igreja Católica, no período em que essa tradição/autoridade estava sob ataque. No século XVI, de Loyola, o ataque à autoridade/tradição da Igreja envolvia a interpretação, compreensão e até a escrita de textos por pessoas leigas ou por protestantes, sem o controle da Igreja Católica. No século XVII, de Vieira, o ataque é da mentalidade moderna/científica/racional, do pernicioso e engenhoso sistema cartesiano, que podia colocar em risco, levar à ruína, a escolástica, a verdadeira ciência. Os excertos escolhidos pretendem dar visibilidade ao que importava na leitura de bons livros para os jesuítas: devem ser lidos, interpretados e compreendidos sob a tutela das autoridades eclesiásticas, que sabem o que é melhor para o cristão ler, a fim de melhor servir a Deus e à Igreja Católica.

A narrativa de Loyola apresenta os significados da leitura silenciosa para um nobre espanhol, em um período em que essa forma de ler era prática recente, sendo comum a leitura em voz alta. Essa leitura silenciosa, interior, individual, iniciada pelas novas formas de devoção, *Devotio Moderna*, e propagada pelos Irmãos de Vida Comum, teria trazido importantes mudanças no modo de os homens refletirem, interiormente, sobre a vida espiritual fora dos espaços dos monastérios, das abadias, dos conventos, das ermidas, espaços próprios para a solidão. Loyola leu a vida de Cristo e a vida dos Santos e quis imitá-los na intemperança do mundo. A escrita de Loyola traz as marcas dos novos modos de produzir conhecimentos sobre si e sobre o mundo legados pela maior circulação de livros, pela alfabetização e pela prática da leitura interior, solitária, para homens leigos. Evidencia, também, o controle que a Igreja Católica queria impor sobre o que se pode ou não ler para evitar novas formas de pensar a vida e o mundo. Sobretudo, as ideias “peregrinas”, de Erasmo, de Lutero, de Calvino, entre outros, e o endeusamento da Razão, que estabeleceria forte concorrência à mentalidade Católica no século de Vieira.

A obra Autobiografia que será analisada neste estudo foi resultado da narrativa do fundador da Companhia de Jesus ao Padre Luís Gonçalves da Câmara, nos anos de 1553 a 1555, tempo em que a Companhia de Jesus era realidade como ordem religiosa da Igreja Católica. Foi composta para formação dos jesuítas – pedagógica, portanto – a pedido de seus companheiros, sobretudo o Padre Nadal, que queria que deixasse como legado um

testamento de suas experiências de vida, assim como faziam outros fundadores de ordens religiosas e abades. Loyola estava muito doente na época de sua narrativa.

O Sermão a Santo Inácio foi proferido por Vieira no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, no ano de 1669, em homenagem ao santo fundador da Companhia de Jesus, e teve como referência a Autobiografia de Loyola. O ano de 1669 foi de suma importância para o Padre Vieira, pois havia sido liberado para pregar. Fora condenado e confinado na casa dos jesuítas pelos homens do Santo Ofício, em 1667, por seus escritos, entre eles a *Carta ao Bispo do Japão*, a *História do Futuro* e a obra que naquela época ele pretendia escrever, *Chave dos Profetas*, sendo privado do direito de pregar. Nesses escritos, Vieira defendia a profecia de que Portugal havia sido escolhido por Deus para se tornar o Quinto Império da Terra, o último, o cristão, liderado pelo rei encoberto, Dom João IV. Na pedagogia de Vieira, no Sermão a Santo Inácio, pregado no Colégio de Santo Antão, defende-se a leitura de bons livros para conversão a uma vida cristã, espelhada na vida de Loyola, relatada em sua Autobiografia, que de pecador tornou-se santo, baseando-se na leitura silenciosa que fizera da vida e obra de São Francisco e de São Domingos. Nesse momento, os ventos do Iluminismo sopravam fortes na Europa e chegavam a Portugal e pretendiam conduzir os homens ao louvor a uma Deusa, a Deusa Razão.

INÁCIO DE LOYOLA E A LEITURA DE BONS LIVROS NO SÉCULO XVI: AUTOBIOGRAFIA

A Autobiografia foi narrada por Loyola para o Padre Luís Gonçalves Câmara no final de sua vida, entre os anos de 1553 e 1555², a pedido de seus companheiros em Roma, sobretudo Nadal, para legar como testamento e estimular os jesuítas a se espelhem na vida de Inácio. A narrativa de Loyola teve lugar quando a Companhia de Jesus era realidade enquanto ordem institucionalizada e importante da Igreja Católica, e ele, seu mentor e fundador, havia estudado em Paris, era padre e seu Geral. A Ordem tinha lugar no importante Concílio de Trento, que propunha diversas mudanças na propagação da fé para os fiéis e lutava contra as ideias “peregrinas” protestantes. Tinha missão em diversos lugares da Europa, nas Índias e na América Portuguesa. A Companhia de Jesus, com vários colégios em que formava quadros para a própria ordem, também recebia gente de fora e tinha aulas públicas. (CARVALHO, 2001).

Inicialmente, Loyola narra o episódio de 1521, quando foi ferido por um tiro de canhão, atirado pelos franceses no cerco a Pamplona, e estava se recuperando na casa de sua família, no momento em que deixará de ser um nobre cavaleiro de armas para se converter em peregrino. Conta que chegou quase a morrer e a receber a Extrema Unção:

Mas Nosso Senhor lhe foi concedendo saúde; foi-se achando tão bom, que em tudo o mais estava são, só não podia suster-se bem sobre a perna e era-lhe forçoso estar na cama. Como era muito dado a ler livros mundanos, e falsos, que costumavam chamar de cavalarias, sentindo-se bem, pediu lhe

arranjassem alguns deles para passar o tempo. Mas aquela casa não se encontrou nenhum dos que costumava ler. Deram-lhe uma Vida de Cristo e um livro da Vida dos Santos em vernáculo. (LOYOLA, 1987, p. 22).

Esse breve relato de Loyola traz uma série de dados sobre as transformações na formação educacional do homem de armas desse período, tempo no qual a alfabetização modernizava a educação do cavaleiro medieval. Inicialmente, nos revela que era dado a ler livros de cavalaria. Loyola está narrando, em 1553, fatos de 1521, em que estava convalescendo na Casa e Solar Loyola, quando era um cavaleiro, o que nos permite inferir que nesse período homens de armas, nobres, eram alfabetizados e gostavam de ler solitariamente. Verger (1999, p. 72) pode colaborar com essa inferência; segundo esse estudioso, foi a partir do século XV que “[...] se passou a considerar que, mesmo para um futuro príncipe ou um jovem nobre destinado ao ofício das armas, uma sólida formação literária poderia ser vantajosa.”

Outra informação importante que nos lega Loyola, com seu relato sobre as obras que lhe deram para ler, sobre a vida de Cristo e a vida dos Santos, é que essas obras eram em vernáculo. Isso nos leva a considerar que Loyola foi alfabetizado na língua vernácula e que esses livros circulavam nessa língua. Segundo o padre Armando Cardoso (LOYOLA, 1987, p. 22), essas obras que Inácio lera eram de Dona Madalena de Araoz, cunhada de Loyola, o que nos leva a inferir que também ela poderia ser alfabetizada na língua de seu país. Segundo Padre Armando Cardoso, referenciando-se em A. Codina (LOYOLA, 1987, p. 22), o tradutor da Vida de Cristo, atribuída a Ludolfo da Saxônia, o Cartusiano, foi Ambrósio de Lampésino. A obra sobre a vida de todos os santos foi uma tradução da Legenda Áurea de Jacopo de Varogine e, segundo Cardoso, seria em castelhano prolongada por Frei Gaudêncio Vagad. Isso nos faz crer que tanto ele quanto sua cunhada eram alfabetizados em castelhano. Infere-se, ainda, que Loyola era alfabetizado em basco, porque assinava Iñigo, até o ano de 1537, quando passou a assinar também Inácio, porque teria latinizado seu nome (MONUMENTA, 1909), e não em homenagem a Santo Inácio, como querem fazer crer alguns estudiosos. (HERNANDES, 2010).

Essas revelações de que Loyola leu livros da Vida de Cristo e a Legenda Áurea em vernáculo, no silêncio de seu quarto quando estava em convalescência, conjugadas ao conhecimento de que ele assinava como Iñigo³ até 1537, o que revela ser ele alfabetizado na leitura e na escrita vernácula, provavelmente castelhano e basco, inscrevem o fundador da Companhia de Jesus, no que diz respeito à cultura escrita, “[...] nos principais avanços da era moderna [...]”, segundo Chartier (1991, p. 113), fundamentando sua assertiva em Philippe Ariès:

Os progressos da alfabetização – entendida como a aquisição do saber ler e escrever –, a difusão da leitura silenciosa, que estabelece uma relação solitária e íntima entre leitor e o livro, constituíram para ele [Philippe Ariès] transformações decisivas que de maneira inédita traçavam a fronteira entre os gestos culturais do foro íntimo e os da vida coletiva. (CHARTIER, 1991, p. 113).

Na Autobiografia, Loyola revela que a leitura solitária, individual e íntima, na fronteira de gestos individuais e coletivos, resultou em aprendizagem e em escrita:

A ele⁴ nada importava o que outros notassem, mas perseverava em sua leitura e em seus bons propósitos. O tempo, em que conversava com os de casa gastava-o todo em assuntos de Deus e com isto aproveitava as almas deles. Vindo a gostar muito daqueles livros, ocorreu-lhe a ideia de tirar deles um resumo dos pontos mais essenciais da vida de Cristo e dos Santos. Assim, pôs-se a escrever um livro com muita diligência, porque já começava a levantar-se e a andar um pouco pela casa. [O livro teve 300 folhas em quarto, todas escritas]. Tratava as palavras de Cristo, com tinta vermelha; e as de Nossa Senhora, com tinta azul. O papel era liso e com linhas, e a letra caligráfica, pois era bom escrevente. Parte do tempo gastava em escrever, parte em oração. (LOYOLA, 1987, p. 25).

O prazer pela escrita de extratos do que lia, escrevendo um livro de 300 folhas, sinal de difusão do uso do papel a partir do século XV, “[...] graças à melhoria das técnicas da papelaria e à multiplicação das oficinas de papel [...]” (VERGER, 1999, p. 112) e organização do que escrevia – tinta vermelha para as palavras de Cristo e azul para as de Nossa Senhora – inscrevem, portanto, Loyola, na modernidade. Leitura e escrita que permitiam fervor religioso, devoção privada, sem a mediação eclesiástica.

A leitura em voz alta, “[...] da vida coletiva, durante muito tempo havia sido a única maneira de ler [...]” (ARIÈS, 1991, p. 10) e não permitia a reflexão solitária. A leitura silenciosa do homem de armas, do nobre, do homem que não é de saber, traz nova conformação à subjetividade moderna, pode subtrair o leitor ao controle da comunidade e possibilita a interiorização imediata do que é lido “[...] que toca o leitor diretamente em seu íntimo.” (CHARTIER, 1991, p. 126). Quando se considera o ponto de vista da subjetividade do “Loyola leitor”, da possibilidade de escolher o que pretendia ler, ele queria livros de cavalaria, que não estavam disponíveis na casa de seu irmão. Podia, também, fazer sua própria interpretação e compreensão do que havia lido. Leria longe dos olhos vigilantes da comunidade e das autoridades, dos padres, dos professores, daqueles que determinavam o que e como se pode ler. O leitor solitário pode interpretar e compreender um livro com o repertório que traz, *a priori*, em sua mente, de apropriações que fizera em sua vida habitual, longe do universo de significações apropriadas nas aulas das universidades, nas bibliotecas dos mosteiros, indicadas por um professor, por um padre. Isso envolve a possibilidade de ler um livro sem passar pelo exame do que foi lido. Então, para a Igreja Católica, o grande perigo da leitura, interpretação e compreensão do que se lê é que novos textos serão produzidos e circularão livremente para novas leituras e produção de novos textos, fora de seu controle. Como menciona Menocchio, o moleiro de Friul, “[...] sua maneira de ler e compreender os textos de que se apropria e de utilizá-los a serviço de uma cosmogonia original.” (CHARTIER, 2002, p. 118). Do ponto de vista da subjetividade do “Loyola escritor”, a possibilidade de escrever um livro a partir das anotações, da interpretação e compreensão de suas leituras, com base em suas próprias ideias, também sem passar pelo

exame das autoridades. Loyola, quando era um homem leigo, momento em que deixou as armas para se tornar peregrino, escreveu o manual de Exercícios Espirituais a partir das leituras que fizera da Vida de Cristo e do livro de exercícios espirituais *L'Exercitatorio de la vida spiritual* composto pelo abade de Montserat, o beneditino García de Cisneros, primo do cardeal humanista e erasmiano Francisco Jimenes de Cisneros. (DEMOUSTIER, 1996).

O manual de Exercícios Espirituais que Loyola compôs, iniciado em 1521, quando decidiu se tornar peregrino, foi resultado de suas experiências de vida e das leituras da vida de Santos, da Vida de Cristo e de outros exercícios espirituais que teve em mãos, em Manresa, e destinavam-se a leigos, para que vivessem interiormente a vida de Cristo. A composição dos Exercícios Espirituais a partir da experiência de leitura de Loyola, um homem leigo, está inscrita nas novas formas de devoção, a *Devotio Moderna*. (DEMOUSTIER, 1996). A *Devotio Moderna* é a transformação dos modos de devoção cristã do século XIV. Foi iniciada por Gerardo Grote, filho de burgueses que, após estudar na Universidade de Paris, decidiu

[...] levar em casa uma vida consagrada à leitura, à meditação e à oração mental. Grote escreveu uma espécie de manual para leigos viverem a espiritualidade, *Conclusa e Proposita*, relato que, juntamente com sua experiência, manifestam uma vontade de recuperar o cristianismo das origens e de laicizar o modelo apostólico. (LAUWERS, 2004, p. 551).

Grote tornou-se pregador e formou discípulos. Um deles, Florent Radewijns, deu uma dimensão concreta à nova forma de devoção, constituindo uma irmandade, Irmãos da Vida Comum. Inspirados pelos ensinamentos de Grote e Radewijns, iniciaram o movimento de exercícios espirituais, exames de consciência, meditações sobre a paixão, que permitissem a inclusão dos devotos leigos na vida espiritual, antes experimentada apenas pelos padres nos mosteiros. Esses ensinamentos foram impressos em livros, sinais dos tempos modernos, e circularam pela Europa, consagrados a exercícios de piedade, à oração e à meditação. Foram também produzidos tratados de pedagogia a fim de formar a juventude para servir a Deus.

Os Irmãos de Vida Comum e sua ideologia religiosa de novos modos de devoção, voltada para a educação cristã do clero, mas também dos comerciantes e magistrados (FOUCAULT, 1977, p. 146), sinal dos novos tempos, teriam inspirado os humanistas cristãos, sobretudo Erasmo de Roterdã e Lutero. Os manuais e tratados, também a experiência religiosa dos Irmãos, seriam fundamentos do manual da Imitação da Vida de Cristo, atribuído a Tomas de Kempes, que fez sucesso por toda a Europa e foi uma das obras de leitura de Loyola. A revolução que essas mudanças trouxeram para a cristandade, sobretudo para os leigos, foi intensa. Apresentou-se a possibilidade de ser santo na intemperança do mundo, imitando a Vida de Cristo, dos Santos e Mártires, registradas nos livros, que devem ser lidos e estudados como orientação para a vida espiritual prática e sólida, e não “[...] com muitos termos escolásticos que tornam os livros odiosos e difíceis de entender.” (ANDRES, 1976, p. 180). Talvez inspirado pelos Irmãos de Vida Comum e por

Erasmus, Loyola teria composto obras de formação espiritual para leigos e para seus discípulos: *Exercícios Espirituais*, *Relato de um Peregrino (Autobiografia)* e *Diário Espiritual*.

Para a corrente devota iniciada por Grote e propagada pelos Irmãos de Vida Comum, era bem-vinda também para os leigos a leitura pessoal, silenciosa, em recolhimento. (VERGER, 1999). Os Irmãos de Vida Comum transpuseram dos mosteiros à educação uma parte das técnicas espirituais que, segundo Foucault (1977), teriam sido assimiladas pelas escolas, em que o mestre disciplina e controla a vida dos estudantes a fim de que alcancem a perfeição, e pela ascese à salvação, não somente pessoal, mas da comunidade.

No entanto, com a popularização dos estudos fora dos mosteiros e da leitura interior para leigos, a Igreja Católica e as autoridades pretenderam controlar o que era estudado e lido, pois encontraram perigo na leitura silenciosa e solitária de livros sem a mediação de um eclesiástico, “encantamento perigoso” (CHARTIER, 2002, p. 125), e faziam nesse período um rigoroso controle sobre o que poderia ou não ser lido pelos fiéis. Os romances e os livros de cavalaria, por exemplo, foram proibidos pelas autoridades espanholas, entre 1531 e 1555, sobretudo o *Amadis de Gaula*, pois que confundem o leitor sobre o “real e o imaginário”. (CHARTIER, 2002, p. 125).

Em 1555⁵, as Cortes de Valladolid pedem a extensão à Espanha da proibição dos “romances que depois dele (*Amadis de Gaula*) fingiram em sua condição e leitura, cantigas e farsas de amores e outras vaidades”. Como demonstrou W. B. Iffe, a desconfiança em relação à ficção tem origem em uma referência neoplatônica, hostil às seduções da ilusão e ao apelo dos maus exemplos. Mas ela se apoia, também, no temor criado pelos progressos da leitura silenciosa, mais vulnerável e mais falível. É sem dúvida essa mesma percepção que fundamenta, em 1625, a recusa da Junta da Reformation de outorgar novas permissões para imprimir romances e peças de teatro. (CHARTIER, 2002, p. 125).

A leitura silenciosa arrebataria mais facilmente o leitor para as coisas críveis, mas também para as incríveis. Loyola, na sua narrativa para o Padre Câmara, nos anos de 1553 a 1555, quando era geral da Companhia de Jesus, considera que os livros de cavalaria que era dado a ler, quando era um cavaleiro de armas, eram mundanos e falsos. Com a popularização da alfabetização e a maior circulação de livros, manuscritos e impressos,

[...] as autoridades passaram a regular as condutas e as maneiras de modelar os espíritos. Daí o papel pedagógico, aculturador, disciplinador, atribuído aos textos em circulação para numerosos leitores; donde, também, os controles exercidos sobre o impresso, submetidos a uma censura. (CHARTIER, 1999, p. 25).

O livro de Exercícios Espirituais, considerado o primeiro de Loyola, do ano de 1523 (LOYOLA, 1988), que guiava sua prática junto aos fiéis ainda quando era leigo, foi julgado, em 1527, pelos homens do Santo Ofício em Alcalá e Salamanca. Inácio relata em sua

Autobiografia o momento que seria convidado pelos padres de São Domingos, no Colégio de Santo Estevão, a falar sobre as pregações que ele e seus companheiros estavam fazendo e que estava chamando a atenção pelo grande número de pessoas que os procuravam:

Mas, então que é o que pregam? Nós, diz o peregrino, não pregamos; mas conversamos com alguns familiares sobre coisas de Deus, depois de comer com algumas pessoas que nos convidam. – Mas, diz o frade, de que coisas falam? Isso é o que queremos saber. Falamos, diz o peregrino, ora de uma virtude, ora de outra com louvor; e com repreensão ora de um vício, ora de outro – Os Snrs não são letrados, diz o frade, e falam de virtudes e de vício: ora disso ninguém pode falar senão de duas maneiras: ou por letras ou pelo Espírito Santo. Não por letras, logo pelo Espírito Santo. [É isto do Espírito Santo é o que queríamos saber]. (LOYOLA, 1987, p. 76).

Loyola conta que se calou, pois certamente sabia onde o padre queria chegar, ele seria um dos alumbrados, que se diziam iluminados pelo Espírito Santo, sem serem padres. Ao cabo de três dias após esse interrogatório e convivendo com os frades, “[...] veio um notário e levou-os preso.” (LOYOLA, 1987, p. 76). Ficaram presos com ferros nos pés, juntos, e quando se movimentavam era preciso que outros se movimentassem, também. Loyola conta que continuou a praticar os exercícios de Deus, pois que era procurado por muitas pessoas. Por fim, houve o julgamento e ele e seus companheiros foram libertados, mas com a condição de que não mais falassem sobre o que não tinham como saber, por exemplo, quando um pensamento era pecado mortal ou venial, que estava no princípio dos Exercícios. Além do mais, deveriam se vestir como estudantes.

A prisão de Loyola pelo Santo Ofício e o julgamento foram de capital importância para sua decisão de estudar em Paris, tornar-se padre – entrar, portanto, para as estruturas da Igreja Católica (HERNANDES, 2010), estar incluso na tradição e atuar sob a autoridade da Igreja. Com essa mudança de rumo, de peregrino a padre, tornou-se fundador de uma ordem religiosa, institucionalizada pelo “Papa Paulo III pela *Carta Apostólica Regimini Militantes Ecclesiae*, de 27 de setembro de 1540.” (CONSTITUIÇÕES..., 1997, p. 33). Loyola foi eleito Geral da Companhia de Jesus, aprovou os Exercícios Espirituais como prática espiritual da Igreja Católica, em 1548, e foi o responsável por fazer as Constituições da Companhia, que guiaram os passos dos jesuítas e sua ação junto à cristandade até a Supressão da Companhia de Jesus, em 1773⁶, pelo Papa Clemente XIV. A Companhia de Jesus orientada por Loyola tornou-se instituição importante na constituição do que Foucault (1977) nomeou de sistema disciplinar de controle sobre o que se pode ou não se pode ler, estudar e até mesmo ensinar.

Na quarta parte das Constituições, que foram escritas por Loyola no mesmo momento em que narrava sua Autobiografia, que trata de “[...] como instruir nas letras e em outros meios de ajudar o próximo que permanecem na Companhia [...]” (CONSTITUIÇÕES..., 1997, p. 117), no capítulo V, matérias que os escolásticos da Companhia hão de estudar, escreve Loyola:

O fim dos estudos na Companhia é ajudar com o favor de Deus, as almas dos seus membros e as do próximo. Esta será a norma para determinar, em geral e em pormenor, as matérias que os Nossos devem estudar, e até que ponto há de avançar nelas. [...] Nas obras literárias de autores pagãos não se leiam passagens imorais. O resto pode a Companhia utilizá-los como despojos do Egito. Quanto aos autores cristãos, ainda que a obra seja boa, não se leia quando o autor for muito mau, para que não se venha a simpatizar com ele. E é bom se determine concretamente quais os livros que se hão de ler e quais os que se hão de excluir, quer na literatura, quer nas outras matérias. (CONSTITUIÇÕES..., 1997, p. 130).

Este controle sobre o que os “Nossos” podem ou não estudar está em consonância com o movimento de controle imposto pela Igreja Católica, sobretudo a partir de 1521, ano em que excomungou Lutero por suas teses, especialmente a tese *sola fide sola scriptura*, e por decreto do Concílio de Trento, de 7 de abril de 1546, a boa leitura devia ser mediada (lida em voz alta para um grupo) por pessoas especializadas. Aos padres cabia a pregação da palavra e a direção espiritual da totalidade dos fiéis. “Aos leigos compete a recepção da mensagem que uma voz autorizada lhes entregou.” (JULIA, 2002, p. 79). A leitura solitária do texto impresso tem para a Igreja Católica reservas teológicas e eclesiológicas, pois, para alcançar a santidade, não é preciso ter acesso direto aos textos sagrados. Nas coisas da fé e da própria moral, ninguém deve ter o atrevimento, fiando-se em seu próprio juízo, de dar às Sagradas Escrituras um sentido pessoal, nem de dar-lhe interpretações contrárias àquela que lhe dá a Santa Madre Igreja. (JULIA, 2002, p. 80).

O livro de exercícios espirituais, de Loyola, foi endereçado primeiramente para um diretor espiritual (BARTHES, 1979; DEMOUSTIER, 1996), que propõe a outra pessoa, o exercitante, o modo e a ordem de meditar ou contemplar. O diretor espiritual deve:

narrar fielmente a história da respectiva contemplação ou meditação, apresentando os pontos com breve ou sumária declaração somente. Pois a pessoa que contempla, tomando o verdadeiro fundamento do assunto, refletindo e raciocinando por si mesma e encontrando alguma coisa que o esclareça ou faça sentir um pouco mais, seja pelo arrazoado pessoal, seja, porque a inteligência é iluminada pela virtude divina, tem mais gosto e fruto espiritual do que se o que dá os exercícios tivesse explicado e ampliado muito o sentido da história. Porquanto o que sacia e satisfaz a alma não é o muito saber, mas o sentir e saborear as coisas interiormente. (LOYOLA, 1966, p. 15).

Assim, mesmo que o exercitante não fosse um leitor, um homem de saber, o que era comum na Europa desse período, a leitura dos exercícios por um guia espiritual dirigida ao exercitante deveria fazer com que ele vivesse uma experiência interior, porque o que sacia e satisfaz a alma não é sentir e saborear o saber, mas experimentar as coisas interiormente, aquelas autorizadas pelo diretor espiritual.

Nos textos disciplinares do Concílio de Trento, há a proibição de dar às Sagradas Escrituras interpretação pessoal diferente daquela que dá e deu a Santa Madre Igreja. É o

nascimento da sociedade disciplinar: os educadores especializados, os padres, sobretudo os jesuítas, “sabiam” o que é melhor para os colegiais, também para os fiéis, para os reis, para os príncipes. Trata-se do poder de disciplinar a mente e o corpo dos indivíduos para o que acredita a Igreja, os jesuítas, ser o melhor para os indivíduos, no caso, servir a Deus, a Igreja Católica e a Companhia de Jesus e assim salvar a alma. Essa prática de controle sobre os indivíduos, sobretudo das crianças, foi iniciada, “[...] no século XIV, [justamente] pelos Irmãos de Vida Comum [...]” (FOUCAULT, 1977, p. 146), que inspiraram Erasmo, Lutero e Loyola e, com suas obras pedagógicas, a pedagogia institucional e não institucional da Companhia de Jesus. O padre, o guia espiritual e o professor têm a missão de governar a vida dos colegiais, dos súditos e dos reis: “[...] era necessário dirigir a leitura para conhecimentos recomendáveis.” (BOTO, 2002, p. 13).

PADRE VIEIRA E A LEITURA DE BONS LIVROS NO SÉCULO XVII: O SERMÃO A SANTO INÁCIO

O Sermão a Santo Inácio foi pregado em Lisboa, no Real Colégio de Santo Antão, no ano de 1669. O Colégio de Santo Antão, o novo, do século XVII, sobretudo no ano em que Vieira por lá proferiu o seu discurso, dia de Santo Inácio, notabilizava-se no magistério de matemática, na aula de esferas – aula de cosmografia, astronomia, geografia, mapas náuticos. Nesse colégio tornaram-se conhecidos os estudos de Galileu. Esse ensino destoava dos outros cursos desse colégio e de outros colégios da Companhia, que recusaram a filosofia de Descartes e se apoiavam em Aristóteles, nos comentários a Aristóteles compostos pelos professores jesuítas de Coimbra. (CARVALHO, 2001). Na teologia, os estudos eram de Santo Tomás de Aquino, orientação do mestre Inácio de Loyola, estabelecida nas Constituições da Companhia. O Colégio de Santo Antão, o antigo, foi a primeira casa dos jesuítas e também a primeira escola pública da Companhia em Portugal, criada a pedido do próprio Inácio de Loyola. (CARVALHO, 2001). Escreve Vieira (2009, p. 100):

A outros santos meteu-lhes Cristo nas mãos este Evangelho, e disse-lhes: servi-me assim como os homens servem aos homens: a Santo Inácio meteu-me na mão um livro das vidas de todos os Santos, e diz-lhe: Serve-me assim como estes homens me serviram a mim. Foi o caso. Jazia Santo Inácio (não digo bem). Jazia Dom Inácio de Loyola mal ferido de uma bala Francesa no sítio de Pamplona; e picado como valente de ter perdido um castelo, fabricava no pensamento outros castelos maiores, pelas medidas de seu espírito.

No século XVII, quando Vieira pregará na Capela do Colégio de Santo Antão seu sermão em homenagem a Santo Inácio, a educação disciplinar dos jesuítas fundada na tradição e na autoridade, sobretudo de Inácio de Loyola, era famosa por todos os lugares e muito contestada no interior da própria Igreja Católica, sobretudo por jansenistas, dominicanos e oratorianos. (BOSI, 2011; CAMBI, 1999). O progresso da leitura silenciosa

era realidade e também a produção de livros impressos que circulavam pelos colégios, universidades, pelas bibliotecas. Os livros

[...] escolares da autoria de jesuítas portugueses usaram-se, frequentemente, no estudo de Filosofia, em muitas Universidades europeias durante os séculos XVI, XVII e XVIII o que demonstra a importância desses livros como modelos orientadores das doutrinas filosóficas defendidas pela Companhia de Jesus. (CARVALHO, 2001, p. 343).

Nesse colégio tão emblemático para a Companhia de Jesus, o Colégio de Santo Antônio, no ano de 1669, ensina Vieira a importância de ler bons livros:

Mas vede quanto importa lição de bons livros. Se o livro fora de cavalarias, sairia Inácio um cavaleiro das ardentes espadas: leu a vida de Santos saiu um Santo da ardente tocha: Et lucernae ardentes in manibus vestris. Toma Inácio o livro nas mãos, lê-o, ao princípio com dissabor, pouco depois sem fastio, ultimamente com gosto, e dali por diante com fome, com ânsia, com cuidado, com desengano, com devoção, com lágrimas. (VIEIRA, 2014b, p. 122).

Vieira adapta o relato de Inácio de Loyola às necessidades de seu tempo, explorando a fala do fundador da Companhia de Jesus sobre a importância que tem a leitura de bons livros. Tivesse livros de cavalaria, diz Vieira, teria sido um “grande cavaleiro”; como não tinha, somente livro de santos, tornou-se um “grande Santo”. (VIEIRA, 2014b, p. 122). Expressa em sua retórica, apoiando seu texto na autobiografia de Loyola, questões que eram importantes para seu tempo. Os ventos do Iluminismo sopravam em Portugal e suas colônias. As ciências modernas, de Francis Bacon, de Galileu Galilei, de Isaac Newton, estavam mudando as formas de se produzir conhecimento e de obtenção da verdade, de modo mais racional, empírico e positivo. A filosofia moderna do racionalismo de Descartes ou do empirismo de Bacon se colocava como alternativa importante à filosofia dos jesuítas. Essa nova epistemologia de mentalidade científica estava mudando ou, pelo menos, questionando o ensino nos colégios e nas universidades jesuítas, que condenavam a mentalidade científica em nome da tradição e da autoridade.

Os colégios da Companhia, que não tinham pátria, eram semelhantes em Paris, Salamanca, Coimbra, Évora, ou seja, em todos os lugares da Europa, mantinham-se firmes ao permitir que, no interior de seus muros, somente se falasse latim. Estavam “[...] firmes no ensino da Retórica, em Latim, ao ensinar Aritmética, ou fosse o que fosse, segundo as mesmas regras, os mesmos compêndios, a mesma disciplina.” (CARVALHO, 2001, p. 361). Esses estudos tinham sido indicados por Loyola, na quarta parte das Constituições, e reafirmados na *Ratio Studiorum*, de 1597, promulgada em 1599, nos compêndios do *Curso Conimbricense*, obra de Filosofia composta pelos jesuítas portugueses. Mais tarde, essas regras, compêndios, foram atualizados, por pressão dos modernos, mas feitas concessões modestas, limitadas, cautelosas, que não deixavam de ser positivas, mas que continuaram a

ser, evidentemente, de feição escolástica, como a *Summa Universae Philosophiae*, de 1642, do Padre Simão Baltazar Teles; *Cursus Philosophicus*, de 1651, de Francisco Soares, dito Lusitano; *Curso Philosophicus*, 1676-1680, de Antonio Cordeiro.

Descartes, que estudou no importante Colégio Real de la Flèche, da Companhia de Jesus – educado, portanto, pelos jesuítas, pelo método “conimbrisense” –, tornou-se estandarte das hostes que lutaram renhidamente contra a Companhia de Jesus e seu método de ensino. (CARVALHO, 2001, p. 371). No *Discurso do Método*, para bem conduzir a razão e procurar a verdade nas ciências, escreve Descartes (1987, p. 30):

Fui instruído nas letras⁷ desde a infância, e por me haver persuadido de que, por meio delas, se podia adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo o que é útil para a vida, sentia extraordinário desejo de aprendê-las. Mas, logo terminei todo esse curso de estudos, ao cabo do qual se costuma ser recebido na classe dos doutos, mudei de opinião. Pois me achava enleado em tantas dúvidas e erros, que me parecia não haver obtido outro proveito, procurando instruir-me, senão o de ter descoberto cada vez mais minha ignorância. E, no entanto, estivera numa das mais célebres escolas da Europa, onde pensava que deviam existir homens sapientes, se é que existam em algum lugar da Terra.

Segundo Granger (1987), Descartes não depreciou os ensinamentos do Colégio Real de *La Flèche*, tampouco seus professores. Criticava a tradição cultural de sua época, de mentalidade religiosa, inscrita na tradição e na autoridade dos textos antigos. Descartes era um espírito matemático, melhor dizendo, geométrico, que o fez declarar guerra aos conhecimentos apreendidos no colégio dos jesuítas, também com as verdades asseguradas pela tradição, pela Igreja Católica, com um novo estilo de busca da verdade, o método científico. Pretendia utilizar seu método de investigação, partir de premissas simples e indubitáveis até chegar a conclusões verdadeiras, sem possibilidade de dúvida, para todos os temas, inclusive a metafísica. Os jesuítas, por sua vez, não aceitaram o cartesianismo e parece que não aceitavam ainda no século XX:

O repúdio do cartesianismo foi sempre um sentimento tão profundo entre os jesuítas que um dos seus representantes [Antônio Alberto de Andrade], já no nosso tempo, em 1944, ao historiar os acontecimentos ligados à Companhia de Jesus no século XVII, interroga: “Como se houveram os jesuítas em presença desse novo sistema [o cartesianismo] que havia, se triunfasse, de converter em ruínas a majestosa arquitetura do sistema escolástico?” E continua: “Tinham sobeja razão os Mestres de Portugal para se retraírem de um sistema, formado certamente com engenho e agudeza, mas tão pernicioso para a verdadeira ciência”. (CARVALHO, 2001, p. 374).

O repúdio ao cartesianismo pelos jesuítas tem uma razão de ser, segundo José Américo Pessanha (1987, p. XVII): tendo em vista os princípios éticos, políticos e educacionais da Companhia de Jesus, “[...] o *Bon Dieu* de Descartes é na verdade uma Deusa, a Deusa Razão, que Descartes cultua e que será exaltada pelo iluminismo do século XVIII.”

No século XVII, nos tempos em que Vieira, com seus sermões, defendia a mentalidade jesuítica, espelhada na vida e obra de Loyola, portanto de mentalidade religiosa e tradicional, a mentalidade científica, a Deusa Razão, iniciava sua caminhada no interior da própria Igreja Católica. Em 1672, surgirá em Portugal uma ordem religiosa, Congregação do Oratório, fundada em Roma por S. Felipe Neri, em 1564, que, no século XVIII, sobretudo, rivalizará com os jesuítas pelo ensino e pela formação da mentalidade portuguesa. Aceitavam o cartesianismo, eram entusiastas da física experimental, fizeram revisão da filosofia aristotélica, constituíram novo método e nova gramática, e ocuparão lugar de destaque nas reformas pombalinas.

Vieira, quando realiza o Sermão a Santo Inácio, em 1669, havia passado por um longo período de interrogatórios, depoimentos, pelo Tribunal da Inquisição, por causa de escritos seus censurados, investigados e processados pelo Santo Ofício. (AZEVEDO, 2008). Nesse ano, havia conseguido se livrar da pena imposta pelo Santo Ofício de não mais poder pregar. Vieira foi condenado por seus escritos *História do Futuro*, de 1649, *Carta ao Bispo do Japão*, André Fernandes, de 1659, e pelo projeto de escrever a *Chave dos Profetas*, que defendiam o ideal da Companhia de Jesus e a razão de ser de seus colégios e de sua pedagogia – livros, sermões, ensinamentos, política, Estado, devem se colocar a serviço de Deus. Vieira defendia que Portugal tinha sido destinado por Deus a se tornar o Quinto Império do Mundo, o último, o cristão, e todas as suas ações deveriam seguir nessa direção, inclusive aproveitar a riqueza dos judeus e cristãos novos, que eram perseguidos pela Inquisição. Esse ideal de militância pela Igreja Católica, pelo Papa, que foi proposto pelo mestre e fundador da Companhia de Jesus e seus companheiros, em 1534, em Montmartre, nos arredores de Paris, permeará a pedagogia dos sermões de Vieira.

No sermão Duodécimo da sua Proteção, pregado no ano de 1691, quando os ventos do Iluminismo estão mais próximos de Portugal, Vieira emprega a figura sobrenatural de São Francisco Xavier para defender sua tese, a tese de Loyola, da Companhia, de que tudo o que se realiza no mundo deve estar a serviço de Deus, da Igreja Católica e da Companhia de Jesus, inclusive a matemática. Segundo Vieira, o príncipe deveria ser entregue aos cuidados pedagógicos de São Francisco Xavier (dos jesuítas, afinal Xavier havia morrido mais de cem anos antes da realização desse sermão), desde tenra idade, pois ele é excelente conselheiro. Em momento forte de sua argumentação, escreve Vieira que Xavier é tão bom conselheiro que não foi Deus que o aconselhou, mas ele que deu conselhos até para Deus: “E eu me atrevo a dizer que os conselhos de Xavier são tais, não como se os homens consultassem a Deus, mas como se Deus consultasse a Xavier.” (VIEIRA, 2014a, p. 283). Qual conselho Xavier teria dado para Deus? Que permitisse que os jesuítas usassem as ciências matemáticas para converter os chineses, do imperador ao mais humilde dos homens. Deus ouviu os conselhos de Xavier e agora colhe os frutos, pois muitos chineses estão sendo salvos no seu Império.

O sermão Duodécimo da sua Proteção provavelmente tinha como intenção persuadir o rei Dom Pedro II, príncipe regente⁸ e monarca de Portugal, de 1668 a 1706, a deixar a

cargo dos jesuítas a formação do príncipe, provavelmente o futuro rei de Portugal, Dom João V, que governou esse reino de 1707 a 1750. Os jesuítas são bons conselheiros na doutrina, mas também nas ciências matemáticas, assegura Vieira, desde que seja o melhor caminho para servir a Deus. O ensino de matemática, que continha outros cursos como aula de esferas, astrologia, arte de navegar, cosmografia (Tratado de Esfera), geografia, hidrografia, era importante para os jesuítas de Portugal por conta do trabalho nas missões, sobretudo na África, nas Índias e na América Portuguesa. Interessante é que de fato Dom João V, quando monarca de Portugal, teve como conselheiro permanente “[...] o padre jesuíta Giovanni Battista Carbone, homem dedicado à Ciência Matemática, foi reitor do Colégio de Santo Antão [...]”, veio a convite do rei para reformar os estudos de matemática em Portugal (CARVALHO, 2001, p. 388). O rei desviou-o para si. Com Carbone veio outro matemático italiano, Domenico Capassi, que seguiu para a América do Sul para demarcar os limites das possessões de Portugal.

Anos antes de o Marquês de Pombal atribuir as mazelas de Portugal aos jesuítas e aos aristocratas, seus parceiros, Vieira, no final do Sermão a Santo Inácio, em 1669, aconselha seus ouvintes, de fidalgos a pobres, de estudantes a peregrinos, de mestres de espírito a pecadores, a se espelharem na vida do fundador da Companhia de Jesus, que ao ler solitariamente:

[...] as vidas, ou as mortes valorosas dos Mártires, com sede de derramar o sangue próprio, quem tinha derramado tanto alheio, sacrifica-se a ir buscar o martírio a Jerusalém, oferecendo as mãos desarmadas às algemas, os pés aos grilhões, o corpo às masmorras, e o pescoço aos alfanjes Turquescos. Lia finalmente as vidas e perseguições dos Apóstolos, e soando-lhe melhor que tudo aos ouvidos as trombetas do Evangelho, toma por empresa a conquista de todo o mundo, para dilatar a Fé, para sujeitar à Igreja, e para levantar o novo edifício sobre os alicerces e ruínas do que eles tinham fundado. (VIEIRA, 2014b, p. 122).

Ensina Vieira, em sua retórica de mentalidade totalmente religiosa, em um mundo onde a mentalidade científica se impunha, que:

[...] estava atônito Inácio do que lia, e de ver que havia no mundo outra milícia para ele tão nova e tão ignorada. Resolve-se trocar as armas e alistar-se debaixo das bandeiras de Cristo; e a espada que tanto prezava foi o primeiro despojo que ofereceu a Deus e a sua Mãe nos Altares de Montserrat. (VIEIRA, 2014b, p. 122).

Vieira, no Sermão a Santo Inácio, quando os jesuítas haviam recuperado seu lugar de destaque junto aos reis de Portugal, Dom Pedro II e mais tarde, em parte, por seu filho Dom João V, propugna em sua “pedagogia ativa” (SAVIANI, 2008, p. 59) a realização de obras, a militância do fiel, espelhada na militância de Inácio de Loyola, justificada pela defesa dos jesuítas ao livre-arbítrio, para que o cristão, santo ou pecador, seja ativo na busca por sua salvação, que é o que importa para o reino, da cabeça aos pés. Que traduza em ações a fé que professa. (SAVIANI, 2008).

Enquanto isso, além Pirineus, eram criadas Academias e apareciam publicações periódicas científicas, como *Novun organun* de Bacon, em 1620, *Discour de la methode*, de Descartes, em 1637, *Discorsi e dimostrazioni mathematichhe intorno à due nuove scienza*, de Galilei, em 1639, *Traité de l'equillibre des liqueur et de la pesanteur de l'air*, de Pascal, em 1663, e *Philosophia Naturalis principia mathematica*, de Newton, em 1687. Essas talvez sejam as publicações mais importantes entre outras de uma extensa lista que não caberia citar aqui. Acontecimentos, Academias e publicações, extremamente significativos “[...] pela revelação consciente da necessidade de estabelecer convívio entre os homens interessados na discussão das suas ideias.” (CARVALHO, 2001, p. 371).

Em meados do século XVIII, em Portugal, no final do reinado de Dom João V, que estava doente e não governava mais (XAVIER; HESPANHA, 1998), o iluminismo do português estrangeirado Luís Antônio Verney será o maior responsável pelo ocaso da Companhia de Jesus e a defesa de suas ideias. Enviado pelo rei Dom João V para estudar em Roma, para ter contato com a mentalidade estrangeira, havia estudado no colégio dos jesuítas de Santo Antão dos 7 aos 14 anos e possivelmente filosofia com os oratorianos, além de frequentar a Universidade de Évora. Escreveu o *Verdadeiro Método de Estudar*, para ser útil à República e à Igreja. Publicado em Nápoles, anonimamente, no ano de 1746, pretendeu pulverizar e aniquilar os métodos, os compêndios, a gramática, a filosofia dos jesuítas.

Alguns anos após a publicação de Verney, 28 de junho de 1759, o iluminista e poderoso ministro de Dom José I, rei que havia sucedido Dom João V, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, reestruturou os estudos menores em Portugal, determinando que em todas as aulas régias “[...] era proibido aos mestres e professores valerem-se dos livros e materiais de ensino utilizados pelos jesuítas.” (BOTO, 2010, p. 293). Os jesuítas seriam expulsos de Portugal e de suas colônias em 3 de setembro de 1759. Os teóricos iluministas portugueses que foram referência para a reforma pombalina, além de Luiz Antônio Verney, Luis da Cunha e Antônio Ribeiro Sanches, declararam que o ensino nas instituições escolares dos jesuítas era obsoleto, memorização de coisas desnecessaríssimas, e obscuro, que não levava os estudantes sequer a ler os textos no original, mas em postilas, ou seja, extratos de leituras dos autores clássicos formuladas pelos professores. (BOTO, 2010).

A Companhia de Jesus será exterminada e expulsa de Portugal e de suas colônias por Sebastião José de Carvalho e Melo em 3 de setembro de 1759, e o Papa Clemente XIV, em 1773, assinará sua supressão pela breve *Dominus ac Redemptor Noster*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia formulada por Loyola, inspirada nos Irmãos da Vida Comum, que está presente na Autobiografia de Loyola e no método de Exercícios Espirituais, pedra basilar da pedagogia inaciana, atravessa as ações educativas não institucionais e institucionais dos jesuítas, do século XVI ao XVIII. A leitura silenciosa de bons livros, como aconteceu com

Loyola, que leu os livros dos santos e de Cristo e não os falsos e mundanos de cavalaria, deve servir para o leitor se converter a uma vida verdadeira, cristã e católica, à imagem e semelhança da vida de Cristo ou dos santos, de São Francisco e São Domingos. Assegura Vieira, no final do século XVII, que bons livros, como o Relato de um Peregrino, de Loyola, devem fazer com que o leitor, o ouvinte, o fiel, se coloque em luta, em ação por Deus, pela Igreja Católica, por um reino católico, pelos jesuítas, a exemplo da autobiografia de Loyola. Esse ideal se impunha contra as “heresias” de Lutero, Calvino e outros protestantes, e seguia na contracorrente da mentalidade científica da época de endeusamento da razão, da matemática, de secularização do pensamento, que constituiu um novo modelo cognitivo.

No início do século XVIII, a visão escolástica da Companhia de Jesus se tornou cada vez mais desajustada ao mundo de então, de Galileu, de Descartes, de Newton, de Leibniz, de Huygens, das invenções do barômetro, do termômetro, da máquina pneumática, do telescópio e do microscópio. Mesmo assim, a Congregação Geral da Companhia proibiu os ensinamentos de Descartes. Também, a física quantitativa experimental, iniciada por Galileu, não podia ser ensinada nos colégios jesuítas, porque entrava em conflito com as doutrinas qualitativas de Aristóteles. Por fim, em 1730, quando em Portugal reinava Dom João V, que tinha como conselheiro o matemático jesuíta Giovanni Battista Carbone, o qual dificultava o acesso a ideias modernas, enquanto o rei favorecia a cultura científica, a Congregação Geral da Companhia de Jesus reunida em Roma entendeu que não havia razão para se opor à filosofia moderna, afinal ela concordava com Aristóteles. É como dizer que a filosofia aristotélica é abrangente e permite várias correntes e que Galileu, Newton, Descartes, de um modo ou de outro, se filiam ao pensamento de Aristóteles.

O fato de Descartes, expressão da filosofia moderna, ter estudado no célebre Colégio Real de La Flèche e, portanto, certamente ter decorado e repetido as lições da filosofia dos Conimbricenses, ter estudado aulas de esfera, de geometria, de matemática, é significativo da importância desse colégio em sua formação. Foi a partir desses estudos, ao notar as fragilidades dos argumentos de seus mestres, que constituiu seu sistema. Descartes admirava seus mestres e o próprio colégio jesuíta de La Flèche. O que condenou, isto sim, e o que era mais preocupante, eram as letras, as humanidades e o método de busca da verdade, a *lectio* e as explicações dos textos antigos.

Por outro lado, o fato de os estudos de Descartes e seu método de investigação científica, de busca da verdade, terem sido proibidos nos colégios jesuítas é significativo do que importava na leitura de bons livros para os jesuítas: a mentalidade religiosa, tradicional e, sobretudo, a autoridade dos autores antigos, que foram condenados por Descartes. Questionou-se a autoridade da Igreja sobre o que e como se pode ou não ler e interpretar do que se lê. O sistema desenvolvido por Descartes colocava em dúvida radical toda a verdade estabelecida até então, apreendida por ele nos colégios jesuítas. Pretendeu opor às especulações, que acreditava falaciosas, o método científico, para encontrar a verdade indubitável, inclusive na metafísica. Quanto aos jesuítas e o sistema cartesiano, nas palavras de António Alberto de Andrade, autor insuspeito na defesa da imagem dos jesuítas, legado

pelo antijesuitismo, no século XX, é possível encontrar a resposta para a tese defendida neste artigo: o que importa na leitura de bons livros para os jesuítas é a tradição, a autoridade da Igreja, e não o sistema cartesiano, constituído com agudeza e engenho, que poderá colocar em ruínas a verdadeira ciência, a escolástica.

REFERÊNCIAS

- ANDRES, M. **La teologia española em el siglo XVI**. Biblioteca de Autores Cristianos, de EDICA, S. A Madrid, 1976.
- ARIÈS, P. Por uma história da vida privada. *In*: CHARTIER, R. (org.). **Historia da vida privada 3**: da Renascença ao século das luzes. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia de Jesus, 1991. p. 7-19.
- AZEVEDO, J. L. **História de Antônio Vieira**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BARTHES, R. **Sade, Fourier, Loiola**. Tradução de Maria de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BOSI, A. Introdução Antônio Vieira: vida e obra. Um esboço. *In*: VIEIRA, A. **Antônio Vieira essencial**. São Paulo: Penguin Classics: Companhia da Letras, 2011. p. 9-127.
- BOTO, C. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 282-299, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://bityli.com/NfjHip>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- BOTO, C. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. *In*: FREITAS, M. C.; KUHLMANN JR., M. (org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-60.
- CAMBI, F. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.
- CARVALHO, R. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade, até o fim do regime de Salazar-Caetano. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouse-Gulbenkian, 2001.
- CHARTIER, R. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary Del Priori. Brasília: Ed. da UnB.
- CHARTIER, R. As práticas da escrita. *In*: CHARTIER, R. (org.). **Historia da vida privada 3**: da Renascença ao século das luzes. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 112-161.
- CHARTIER, R. Leituras e leitores “populares” da Renascença ao período clássico. *In*: CARVALHO, G.; CHARTIER, R. (org.). **História da leitura no mundo ocidental**. Tradução de Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 2002. p 117-133.

CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus e normas e regras. São Paulo: Loyola, 1997.

DEMOUSTIER, A. L'originalité des exercices spirituels. *In*: GIARD, L.; VAUCELLES, L. (org.). **Les Jésuites à L'âge baroque** (1540-1640). Grenoble: Edition Jérôme Millon et les auteurs, 1996. p. 23-35.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. As paixões da alma. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.

GRANGER, G-G. Introdução. *In*: DESCARTES, R. **Discurso do método**. As paixões da alma. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

HERNANDES, P. R. A Companhia de Jesus no século XVI e o Brasil. **Revista HISTEDBR on line**, Campinas, n. 40, p. 222-244, dez. 2010. Disponível em: <https://bityli.com/wPcEyw>. Acesso em: 08 abr. 2020.

JULIA, D. Leituras e contrarreforma. *In*: CARVALHO, G.; CHARTIER, R. (org.). **História da leitura no mundo ocidental 2**. Tradução de Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 2002. p 79-116.

LAUWERS, M. Verbete Devotio Moderna. *In*: LACOSTE, J. Y. (org.). **Dicionário crítico de teologia**. Trad. Paulo Meneses. São Paulo: Paulinas: Loyola, 2004.

LEBRUN, G. “Prefácio” *In*: DESCARTES, R. **Discurso do método**. As paixões da alma. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

LOYOLA, I. **Autobiografia de Inácio de Loyola**. Tradução e notas de Pe. Armando Cardoso, S. J. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

LOYOLA, I. **Cartas de Santo Inácio de Loyola**. Volume I. Tradução e notas Pe. Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1988.

LOYOLA, I. **Écrits**. Paris: Desclee de Brouwer, 1991.

LOYOLA, I. **Exercícios espirituais**. Orientação da tradução e anotações de Pe. Géza Kövecses S. J. 3. ed. Porto Alegre: Arc. Metr. De Porto Alegre, 1966.

MONUMENTA I. **Sanct Ignatii de Loyola**: epistolae e instrucciones. Madri: Gabriele Lopes Del Horno, 1909.

PESSANHA, J. A. M., G. “Vida e obra de Descartes”. *In*: DESCARTES, R. **Discurso do método**. As paixões da alma. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SANTOS, Y. A. B.; TORGA, V. L. M. Autobiografia e (res)significação. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 119-144, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://bitly.com/UbnTZI>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

VERGER, J. **Homens e saber na Idade Média**. Tradução de Carlota Boto. Bauru: EDUSC, 1999.

VIEIRA, A. **Sermões I**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

VIEIRA, A. **Sermões**. Tomo 1. São Paulo: Hedra, 2014a.

VIEIRA, A. **Sermões**. Tomo 2. São Paulo: Hedra, 2014b.

XAVIER; A. B.; HESPANHA, A. M. A arquitetura dos poderes. *In*: MATTOSO, J. (org.). **História de Portugal**. O antigo regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Associado 3 do Programa Profissional de Pós-Graduação em História Ibérica e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alfenas. Contato: paulo.hernandes@unifal-mg.edu.br

** Mestrado em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Professor da Educação Básica em Minas Gerais. Contato: joao_campanholo@hotmail.com

*** Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Professor da Educação Básica em Minas Gerais. Contato: profantoniosoj@gmail.com

COMO CITAR ABNT:

HERNANDES, P. R.; CAMPANHOLO, J. R. dos S.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. S. de. O que importa na leitura de bons livros: Inácio de Loyola e Padre Antônio Vieira. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 1-21, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8660433. Disponível em: <https://bitly.com/uXyxfV>. Acesso em: 12 ago. 2022.

Notas

¹ A obra de narração da vida de Loyola foi traduzida para o Português pelo Padre Armando Cardoso como Autobiografia, o que traz um problema para os estudos históricos, pois a palavra autobiografia começa a aparecer no século XVIII e se estabelece no século XIX. No entanto, segundo Santos e Torga (2020, p. 122), referenciando-se em Bakhtin, não havia a palavra, mas as biografias e as autobiografias existiam, como as obras agostinianas que seriam obras “[...] autobiográficas preambulares em que, dentre outros aspectos, o pensador russo coloca como marca considerável desse preâmbulo a fusão do homem em sua feição interna (homem para si) e externa (homem para o outro).” O relato de vida de Loyola tem essa marca de fusão do homem em sua feição interior, para si, e externa, para o outro, marcada por uma nova noção de sujeito nascido na Modernidade de um indivíduo “irrepetível e único”. (SANTOS; TORGA, 2020, p. 124). Portanto,

consideramos neste trabalho que o termo Autobiografia é adequado para traduzir a narrativa de Loyola.

² Loyola estava doente e morreria um ano após finalizar sua narrativa, portanto, 1556. (LOYOLA, 1991).

³ Os historiadores inscritos na corrente da História Cultural ou das mentalidades têm, como fonte de pesquisa para o conhecimento quantitativo de sujeitos que sabiam escrever nesse período da história, a triagem de assinaturas nos documentos, cientes de todas as limitações dessa fonte. (CHARTIER, 1991).

⁴ Loyola está narrando sua experiência de vida para o Padre Luís Gonçalves da Câmara, que, em alguns momentos, pede para copistas escreverem a narrativa; por isso, a fala de Loyola em muitos trechos aparece em terceira pessoa.

⁵ Em 1555 Loyola está narrando sua vida ao Padre Câmara.

⁶ Nos nossos dias, as Constituições foram renovadas com Normas Complementares, mas conservaram o espírito com que foram escritas pelo Mestre Loyola, como “[...] um caminho para chegar até Ele [...]” no cumprimento de nossa missão na Igreja, como Servidores da Missão de Cristo, segundo Peter-Hans Kolvenach. (CONSTITUIÇÕES..., 1997, p. 12).

⁷ Segundo Lebrun (1987, p. 30): Gramática, História e Poesia, Retórica.

⁸ Alguns anos antes do Sermão a Santo Inácio, em 1667, Vieira e os jesuítas participaram da deposição do rei Afonso VI, que havia sucedido a Dom João IV, o rei que teve como conselheiro Vieira, que havia sido preceptor de Dom Teodósio, herdeiro da coroa e que morreu antes de se tornar rei. Vieira e os jesuítas eram partidários de Dom Pedro e contrários ao levantamento e aclamação de Dom Afonso, o que acabou acontecendo em um golpe. O príncipe regente Dom Pedro II assumiu o reinado em Portugal após seu irmão, Dom Afonso VI, ter sido deposto. A participação dos jesuítas foi importante nesse processo. No voto do jesuíta Nuno da Cunha, da segunda junta teológico-jurídica estabelecida para legitimar a deposição de Dom Afonso VI e a assunção de Dom Pedro II, e a manutenção do poder absoluto do rei, o jesuíta esclarece que a doação e obrigação do Reino a seus príncipes, ainda que livre e absoluta, pode ser retirada apenas para sua conservação e defesa natural. Ou seja, os reis podem ser depostos somente se isso ameaçar a conservação do reino e sua defesa. E acrescenta, para contrariar aqueles que pretendiam um certo parlamentarismo em Portugal, como havia acontecido na Inglaterra, que as cortes não são permanentes em Portugal, por tratar-se de uma monarquia pura, e, portanto, não poderia limitar o poder do rei, mas apenas potenciais para os casos de tirania. Anos mais tarde, no “[...] celeberrimo Dedução Cronológica e Analítica escreveria Sebastião José de Carvalho e Melo (apud XAVIER; HESPANHA, 1998, p. 411) [...]” que os jesuítas haviam acabado com a monarquia e com a democracia em Portugal e instalado um governo aristocrático, “[...] não tendo outra Jurisprudência, outra Moral, que não fossem dos mesmos regulares, submetidos ao **Sinédro Jesuítico.**” (XAVIER; HESPANHA, 1998).